

Pensar em movimento: pensadores americanos para a sala de aula

Organizadores: Alonso Bezerra de Carvalho,
Felipe Gustsack e
José Alejandro Tasat



Alonso Bezerra de Carvalho,
Felipe Gustsack e
José Alejandro Tasat (Organizadores)

Pensar em movimento: pensadores americanos para a sala de aula

Volume 2

1ª Edição

São Carlos / SP

Editora De Castro

2021

Universidade Nacional de Três de Fevereiro – UNTREF
Programa Pensamento Americano
Projeto Pensar em Movimento
Coordenador: José Alejandro Tasat
Assistente de Coordenação: Karen Villanova
Ilustrador: Javier Nobile

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC
Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenador: Felipe Gustsack
Equipe: Eduardo Steindorf Saraiva, Fernanda Cássia Landim, Fernanda dos Santos Paulo, Balduino A. Andreola
Roteiro: Felipe Gustsack

Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Educação
Departamento de Didática
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Ética e Sociedade – GEPEES
Coordenador: Alonso Bezerra de Carvalho
Equipe: Ana Lúcia Pereira, Cláudio Roberto Brocanelli, Fernanda Munhão, Genivaldo de Souza Santos, Karen Villanova
Roteiro: Fernanda Munhão

Conselho Editorial:

Profª Drª Adriana Garcia Gonçalves
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Prof. Dr Alonso Bezerra de Carvalho
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Prof. Dr Antenor Antonio Gonçalves Filho
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Profª Drª Bruna Pinotti Garcia Oliveira
Universidade Federal de Goiás – UFG
Profª Drª Célia Regina Delácio Fernandes
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Prof. Dr Felipe Ferreira Vander Velden
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Prof. Dr Fernando de Brito Alves
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira
Universidade Federal do Pará – UFPA
Profª Drª Heloisa Helena Siqueira Correia
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Prof Dr Hugo Leonardo Pereira Rufino
Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico
Profª Drª Jáima Pinheiro de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação – UFMG / FAE

Profª Drª Jucelia Linhares Granemann
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas – UFMS
Profª Drª Juliane Aparecida P. P. Campos
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Profª Drª Layanna Giordana Bernardo Lima
Universidade Federal do Tocantins – UFT
Prof. Dr Lucas Farinelli Pantaleão
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Prof. Dr Luis Carlos Paschoarelli
Universidade Estadual Paulista – Unesp / Faac
Profª Drª Luzia Sigoli Fernandes Costa
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Profª Drª Marcia Machado de Lima
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Prof. Dr Marcio Augusto Tamashiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
Prof. Dr Marcus Vinícius Xavier de Oliveira
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Prof. Dr Mauro Machado Vieira
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Prof. Dr Osvaldo Copertino Duarte
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Editor da Editora De Castro: Carlos Henrique C. Gonçalves

Projeto gráfico: Carlos Henrique C. Gonçalves

Capa: Carlos Henrique C. Gonçalves a partir de ilustração de Javier Nobile

Preparação e revisão de textos/normalizações (ABNT): Editora De Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

P418 Pensar em movimento : pensadores americanos para a sala de aula [recurso eletrônico] / organizadores Alonso Bezerra de Carvalho, Felipe Gustsack e José Alejandro Tasat. — 1. ed. — São Carlos : De Castro, 2021.
Dados eletrônicos (pdf).

“Volume 2”.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5854-456-2

1. Educação – Brasil. 2. Professores – Formação.
3. Prática de ensino. I. Carvalho, Alonso Bezerra de.
II. Gustsack, Felipe. III. Tasat, José Alejandro.
IV. Título

CDD 37(

DOI: 10.46383/isbn.978-65-5854-456-2



Lélia Gonzalez: única e plural

Eduardo Steindorf Saraiva
Fernanda Cássia Landim
Javier Nobile
Felipe Gustsack
Alonso Bezerra de Carvalho





MEU CASAMENTO DUROU MUITO POUCO, SABE? LUIZ TIROU A PRÓPRIA VIDA.

NÃO DEVE TER SIDO NADA FÁCIL ENFRENTAR O PRECONCEITO RACIAL DA FAMÍLIA DE SEU MARIDO E DEPOIS, A SUA MORTE.



SEM DÚVIDA UMA DOR TREMENDA! JUSTAMENTE POR ESTA QUESTÃO RACIAL, LUIZ SE AFASTOU DE SUA FAMÍLIA. ELE NÃO ACEITAVA. E ESTA MESMA QUESTÃO RACIAL ME TROUXE A CONSCIÊNCIA DE QUEM EU ERA E SOU.



FOI O CAMDOMBLÉ E A PSICANÁLISE QUE ME AJUDARAM A DESCOBRIR A MINHA NEGRITUDE



COMO PROFESSORA UNIVERSITÁRIA, VI A POSSIBILIDADE E A IMPORTÂNCIA DE DEBATER O RACISMO.



FUI UMA DAS FUNDADORAS DO MNU, (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO) EM 1978. ERA UM TRABALHO DE DENÚNCIA PERMANENTE CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.





E O "PRETOGUÊS" NADA MAIS É DO QUE ESTA CULTURA ESCRAVIZADA, QUE TRAZ A MARCA DA AFRICANIZAÇÃO DO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL

E SOBRE AMERICANIDADE! É A MARCA EM COMUM DA ESCRAVIDÃO, DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO, DA COLONIALIDADE SOFRIDA PELAS MULHERES NEGRAS E ÍNDIAS. SOMOS TODOS "LADINOAMERICANOS", NOSSA ORIGEM É NEGRA E INDÍGENA.

LÉLIA, PARA ENCERRAR ESTA ENTREVISTA, COM CONTEÚDOS E CONCEITOS INOVADORES E AUTÊNTICOS, COMO VOCÊ PERCEBE O RACISMO BRASILEIRO COMPARADO AO QUE ACONTECE EM OUTROS PAÍSES?

NOS PAÍSES COM ORIGEM ANGLO-SAXÔNICA, GERMÂNICA OU HOLANDESA, O RACISMO É ABERTO E A MISCIGENAÇÃO É INADMISSÍVEL, UM EXEMPLO É O APARTHEID. NOS PAÍSES LATINOS, O RACISMO É O DE NEGAÇÃO COM A PRESENÇA DA MISCIGENAÇÃO, ASSIMILAÇÃO E DEMOCRACIA RACIAL.



FIM

LÉLIA GONZALEZ: ÚNICA E PLURAL

Eduardo Steindorf Saraiva
Fernanda Cássia Landim

Lélia de Almeida, filha de pai negro, ferroviário, e mãe indígena, empregada doméstica, nasceu em Belo Horizonte, no dia primeiro de fevereiro de 1935. Foi a penúltima filha de uma prole de 18 filhos, em uma família de baixa renda. Ao mudar-se com a família para o Rio de Janeiro viu sua vida ganhar uma oportunidade: estudar. Ingressou na universidade. Graduou-se em História e Filosofia. Fez pós-graduação em Comunicação e Antropologia e cursos livres em Sociologia e Psicanálise. Foi professora universitária.

Na universidade, conheceu Luiz Carlos Gonzalez, seu colega espanhol e primeiro marido. A agora, então, Lélia Gonzalez, vivenciou um momento crucial em sua vida, quando, a partir do preconceito da família de seu marido, obteve a consciência racial de quem ela era. Além do confronto com a família de Luiz, posteriormente Lélia também foi afetada pela trágica experiência do seu suicídio. Tais fatos, segunda ela mesma, deflagraram um processo de busca pessoal em direção à reconstrução identitária. No final dos anos 1960, Lélia casa novamente, dessa vez com Vicente Marota.

Apoiada pela psicanálise e pela religiosidade de matriz africana (Candomblé), Lélia redescobre sua negritude, suas origens e sua ancestralidade:

Meu lance na psicanálise foi muito interessante, a psicanálise me chamou a atenção para meus próprios mecanismos de racionalização, de esquecimento, de recalçamento etc. Foi inclusive a psicanálise que me ajudou neste processo de descobrimento da minha negritude. (...) Comecei fazendo análise com Carlos Byington, que é junguiano (sic) (O PASQUIM, 1986, p. 10 *apud* RATTS; RIOS, 2010, p.61).

Em meados da década de 1970, conjugando sua busca da psicanálise e da cultura negra, tendo vivido a experiência de “tomada de consciência” racial e de gênero, Lélia se aproximou do candomblé. No início dos anos 1980 seus textos expressam essa aproximação e interação com o universo afro religioso, mais especificamente da religião dos orixás. Assim, o candomblé torna-se uma referência poética e imagética para Lélia, bem como um “organizador psíquico pessoal” (RATTS; RIOS, 2010, p. 64).

Na universidade, já professora, Lélia falava e ensinava sobre o seu povo para trazer a consciência, o resgate e também a preservação que o negro precisava ter, do

orgulho de si mesmo, na luta para superar a condição de exclusão inserida no contexto histórico, político, social e econômico. Começava então a introdução do debate sobre o racismo nas universidades brasileiras.

Este movimento proposto por Lélia abriu outras portas para que ela aprofundasse o seu ponto de vista, as suas ideias sobre a questão social no Brasil, cooperando para que negras e negros alcançassem a dignidade e o empoderamento, com os mesmos direitos e os mesmos deveres que os brancos. Lélia mostrou muito da sua luta ao ser uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial (MNUDR), em 1978. Este foi um trabalho de denúncia permanente contra todo ato de discriminação racial, pois o racismo causa prejuízo social, originando todo tipo de violência contra um povo inteiro. A partir do MNUDR, o 20 de novembro se tornava um ato político de afirmação da história do povo negro, demonstrando capacidade de organização e de proposta de uma sociedade alternativa. O MNUDR, assim como outras associações/entidades como a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN), que antecederam o MNUDR, são exemplos de como os negros, no período pós-abolição, se organizaram para legitimar sua existência na sociedade, para a prática de lazer e suas culturas específicas, diante de um cenário de vulnerabilidade social em que se encontravam.

Lélia foi vice-presidente cultural do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), membro do Conselho Diretor do Memorial Zumbi, membro do Conselho Diretor da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento (SID), membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Sua militância na luta contra a discriminação da mulher rendeu o reconhecimento como a primeira mulher negra eleita uma das “Mulheres do Ano” pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, em 1981.

Devido esta profunda inserção social, política, cultural, religiosa e acadêmica, Lélia denunciou o racismo e o sexismo como formas de violência contra as mulheres negras, conceituando e formulando a contradição específica de ser mulher negra, conseguindo positivar todas as coisas às quais foram estigmatizadas a partir da descolonização do saber, do pensamento e da produção de conhecimento, reconhecendo os danos psicológicos causados pela relação de dominação/exploração entre colonizador e colonizado. Surgiu assim a *amefricanidade*, que Lélia definiu como “pensar desde dentro” afastando-se da visão de mundo do pensamento moderno europeu. Lélia, através desta categoria, se referia à diáspora negra, como também ao extermínio da população indígena das Américas, recuperando histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. Amefricanidade, então, se torna uma categoria política e cultural (RATTS; RIOS, 2010). Em vários dos seus escritos, Lélia registrou e observou as especificidades étnicas, políticas, econômicas, religiosas do continente americano.

Lélia entendia que as mulheres não brancas eram as mais oprimidas e exploradas pela estrutura patriarcal – racista, dependente – e que esta articulação produziu efeitos violentos sobre a mulher negra, em particular. Para ela, “tornar-se negra” é recusar ser definida a partir do olhar do outro e também romper com a cultura do embranquecimento. Esta construção passa pelo processo de se autodefinir, se valorizar e recuperar a história e o legado cultural negro, exercendo assim um posicionamento político de estar no mundo como protagonista no enfrentamento do racismo a partir das consequências históricas. Destacando aspectos do racismo sexista, sua crítica foi mais contundente em relação ao “lugar de negro”, ou seja, quanto aos espaços sociais, áreas de moradia e trabalho inferiorizados, destinados à população negra desde o período da escravidão.

Ela criticou a universalidade da categoria mulher e as relações de gênero a partir desta concepção. Fez isto porque percebia a existência de uma dimensão de discriminação, de violência e de exclusão, que era invisível às abordagens de gênero desvinculadas da raça/etnia.

As representações das mulheres negras foram objeto de análise de Lélia, que trouxe três noções: a mulata, a doméstica e a mãe preta. As atribuições “mulata” e “doméstica” derivaram da mucama, denominação usual no período escravista e que no contexto brasileiro foi redefinida como escrava negra jovem, escolhida para auxiliar as senhoras, ou ainda, para ser: a ama de leite. A doméstica permaneceu com as atribuições vinculadas ao período escravista e as suas funções à casa grande incluíam a violência sexual; o que Lélia definiu como mucama permitida, ou seja, a prestadora de bens e serviços. Não sendo aquela que é exaltada pelo que faz, a doméstica virou algo do cotidiano e que sendo uma mulher negra, independentemente de sua classe social ou profissão, sempre foi vista como a empregada doméstica.

Visionária, Lélia já trazia para discussão a interseccionalidade (raça, gênero, classe social). O racismo determinava a posição do(a) trabalhador(a) negro(a) na leitura capitalista. Para a mulher negra se exigia a “boa aparência”, o que lhe conduzia para a invisibilidade do emprego doméstico. A cordialidade é outro fator que já não mascarava o racismo.

A mulata parte de dois significados: o tradicional resultado da mestiçagem; e outro através da exploração da sua imagem como mercadoria, tipo exportação, ocasionando uma invenção portuguesa, como objeto colonial. A passividade, a resignação frente às situações de violência e opressão, era o esperado para a “mãe preta”, a terceira noção apresentada por Lélia. A sociedade branca e de classe média nega o período da escravidão de maneira dissimulada.

A autora trouxe todas essas reflexões à luz em seus estudos, que denominou de estratégias desenvolvidas pelas mulheres negras escravizadas no enfrentamento do processo de dominação/exploração que as mantinham como outro/escravo/objeto. Ao seu olhar, a menina negra da favela era a que não tinha a possibilidade de estudar, não tinha moradia digna, nem condições de sonhar, sobrevivendo apenas com o precário emprego doméstico, retratando a violência consequente da casa grande.

Estas representações são estereótipos que inferiorizaram as mulheres negras ao desconsiderarem o contexto histórico da racialização de gênero. A visão de Lélia sobre o feminismo afrolatinoamericano teve como proposta pensar em um feminismo descolonizado que atendesse e incluísse as mulheres para construir modelos alternativos de sociedade. A autora fez fortes críticas quanto à invisibilidade da raça dentro dos estudos feministas, defendendo a perspectiva antirracismo como elemento intrínseco aos princípios feministas, em particular às mulheres negras que foram inferiorizadas ao mais baixo nível através do sexismo, racismo e classismo. Questões que se não forem consideradas pelos movimentos de mulheres, na opinião de Lélia, os mesmos não podem ser considerados legítimos para o enfrentamento destas estruturas.

A *amefricanidade* teve sua base fundamentada na experiência comum com a escravidão, a dominação e a exploração da colonialidade. Teve na resistência a centralidade que as mulheres negras e indígenas possuíam, significando, para as que viessem depois, uma experiência de luta contra essas opressões que têm muito ainda a ser trilhada. Foi uma possibilidade de reflexão epistemológica para fazer emergir diversas tradições de resistência às relações patriarcais de mulheres negras e indígenas da América Latina, Caribe e Brasil. Valorizar os saberes destas mulheres negras da diáspora e indígenas contribuiu para a descolonização do feminismo, para a elaboração de teorias feministas que se aproximassem das mulheres que tinham experiências par-

ticulares como as mulheres negras e indígenas, assim como as lésbicas e as brancas pobres, com a finalidade de gerar rupturas com o paradigma ocidental moderno para futuras propostas epistemológicas.

Lélia tratou de maneira pioneira e inovadora a formação histórico-cultural do Brasil considerando que, na verdade, estamos situados na *América Ladina*, e que todos somos *ladinoamefricanos*. Esta definição teve embasamento na origem indígena e africana que compõe a cultura brasileira, e não europeia/branca, que por sua vez já apresenta o racismo, negando a influência negra neste processo. O seu olhar para a *amefricanidade* foi amplo, indo para além do caso brasileiro, e constituiu uma visão que Lélia considerou como exigência da interdisciplinaridade, verificando como o racismo se comportava nos demais países.

Constatou-se que o racismo apresentava duas faces com o mesmo objetivo: exploração/opressão. O racismo aberto, de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, estabelecia que a pessoa negra tivesse a sua descendência negra. Neste tipo de racismo a miscigenação não era admissível, uma vez que se pretendia manter a “pureza” e a “superioridade”. O exemplo desta face foi o “apartheid”. Nas sociedades latinas encontramos a outra face, o *racismo disfarçado* (ou racismo de denegação, conforme nomeado por Lélia) apresentado na miscigenação, assimilação e “democracia racial”. Como característica, Lélia afirmava que este racismo foi bastante sofisticado para manter negros e índios subordinados às classes mais exploradas, sustentado pela ideologia do branqueamento. Assim, o Ocidente branco e a superioridade branca traduziam a fragmentação da identidade racial na produção do desejo de embranquecer, negando a sua raça e a sua cultura.

A crítica de Lélia caminhou em direção à reflexão sobre o reconhecimento do lugar do negro nas contribuições culturais para o desenvolvimento da América. Para isto criou a categoria de *amefricanidade* ao entender que todos nós somos *amefricanizados*. Há uma incorporação do processo histórico de intensa dinâmica cultural como adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas, com referência da Jamaica, por exemplo. O pertencimento que vem de diferentes sociedades do continente trouxe um denominador em comum, o racismo, considerado uma elaboração fria e extrema, conforme o modelo ariano.

A hierarquia racial e cultural estabelecida pelo racismo opõe a “superioridade” branca à “inferioridade” negroafricana se perpetuando enquanto verdade. Foi preciso que a pessoa negra não permitisse o esquecimento de suas origens devido à humilhação, à exploração, o etnocídio presente na história. Ao assumir sua *amefricanidade* teve condições de ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África. Tornou-se necessário uma ideologia de libertação, ou seja, a história particular precisou ser trazida de dentro para fora, e a partir dela entender o sentido de compreensão das lutas dos antepassados que abriram caminhos para que atualmente a dinâmica cultural transborde resistência para a transformação a partir da sua história e não a partir do que lhe foi imposto como narrativa da verdade.

As lutas representam resistência. Ao contrário do que a ideologia racista apresentou do povo negro como sendo acomodado e passivo, conforme Lélia abordou em seus estudos, houve a resistência representada pelas lutas e fugas para os quilombos. E houve também a “resistência passiva”, aquela que preservava a cultura africana através da “Mãe Preta” e do “Pai João”, transmitindo a sabedoria ancestral, traduzida por ela como “pretuguês” aos filhos dos senhores da casa-grande, no movimento de africanizar a cultura brasileira.

Aos 59 anos, no dia dez de julho de 1994, Lélia faleceu em razão de infarto do miocárdio, tal como ocorrido com sua mãe e alguns irmãos. Lélia encerrou seus estudos e suas escritas, mas nos deixou um legado valioso a partir de sua maneira de ver e

pensar a questão racial, em especial para a mulher negra, para o feminismo negro. Foi uma ativista, pensadora, muito importante para o debate sobre as questões de gênero, classe e raça/etnia. É lida e comentada no universo acadêmico brasileiro e no de países de língua inglesa, francesa, espanhola. Sua biografia mostra uma mulher que transitou, se movimentou, com intensidade, entre diversos territórios, dentre os quais se destacam: mundos acadêmico e popular, circuitos negros e brancos. E seu horizonte, tanto racial como de gênero, foi uma constante em todos esses trânsitos.

REFERÊNCIAS

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimentos sociais, urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.



QUEM FOI LÉLIA GONZALEZ?

Lélia González, mineira, nascida em 01 de fevereiro de 1935, é uma mulher plural: antropóloga, filósofa, política, professora. Seus estudos foram pioneiros para a cultura negra, principalmente sobre a mulher negra. Co-fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), lutou contra o racismo, a discriminação e o preconceito racial. Seus escritos contribuem na atualidade em discussões sobre as relações raciais, que ainda oprimem a população negra.

LÉLIA GONZALEZ

(Fonte: <https://www2.ifal.edu.br/campus/maceio/noticias/vida-da-feminista-lelia-gonzales-permanece-em-cartaz-no-campus-maceio>)